



# Renda e patrimônio domiciliar na França

Por Baudouin Seys\*

O nível de vida das famílias que residem na França é superior em 9% ao nível médio da União Européia. Ao longo do último quarto de século, sua elevação tem sido cada vez mais lenta.

O nível de vida dos aposentados aumentou muito: os novos aposentados desenvolveram melhores carreiras profissionais e as mulheres trabalharam com mais frequência e por mais tempo. Em contrapartida, desde a década de 1980 as famílias de assalariados vêm enfrentando as dificuldades do mercado de trabalho e a pressão sobre os salários. As desigualdades de nível de vida foram se reduzindo até 1990 e mantiveram-se estáveis desde então, graças ao papel cada vez mais ativo das políticas de redistribuição social.

**Em 1997, último ano sobre o qual se dispõe de um levantamento, a renda disponível de uma família residente na França metropolitana era de 1.075 euros (7.050 francos)<sup>1</sup> por mês e por unidade de consumo<sup>2</sup>.** Estes dados constituem um valor mediano, dividindo a população em dois: uma metade com um nível de vida mais elevado, a outra com um nível mais baixo.

Esses valores não levam em consideração impostos e contribuições sociais. Abarcam as rendas de atividade (salários e rendas de empresas individuais), aposentadorias e pensões, rendas patrimoniais<sup>3</sup> e os abonos sociais (auxílio-desemprego, auxílio-família, ajuda habitacional, cobertura diária por doença). Em contrapartida, não abrangem as rendas em espécie, reembolsos de despesas médicas ou rendas fictícias, como os aluguéis, que por convenção seriam imputados aos proprietários do imóvel usado como moradia. O nível de vida das famílias da França é 9% superior ao nível de vida da União Européia. A França posiciona-se portanto no conjunto dos países da Europa do Norte, nos quais o nível de vida é comparável (*quadro 1*).

**Quadro 1 - Nível de vida na União Européia**  
(Renda disponível média por unidade de consumo em 1994, União Européia = 100)

Luxemburgo	179
Áustria	117
Dinamarca	115
Alemanha	115
Bélgica	115
<b>França</b>	<b>109</b>
Países Baixos	105
Reino Unido	102
<b>União Européia- 13 países<sup>1</sup></b>	<b>100</b>
Irlanda	87
Itália	83
Espanha	74
Grécia	64
Portugal	57

(1) A Suécia e a Finlândia não participam do levantamento. As moedas nacionais são convertidas de acordo com as paridades do poder aquisitivo (e não segundo as taxas de câmbio).

Fonte: Insee e Eurostat, Panel européen des ménages, 1995.

## Composição da renda domiciliar

A atividade profissional contribui com cerca de 60% das rendas monetárias sem o desconto dos impostos (*quadro 2*), ao passo que as aposentadorias representam aproximadamente 20%. As outras rendas sociais aproximam-se de 8% do total, compreendendo, entre outros, 2,4% de auxílios-desemprego ou de licença e 2,8% de abonos de família. As rendas patrimoniais<sup>3</sup> representam 13%. Finalmente, diferentes pagamentos regulares provenientes de outros domicílios (pensões alimentícias, ajudas que os jovens recebem de seus pais) não superam 1% das rendas, embora possam ter considerável importância para certas famílias.

## Quadro 2 - Composição da renda domiciliar

(a renda aqui decomposta por origem é a renda antes do desconto dos impostos)

Tipo de renda	1985	1995
Rendas de atividade	64,5%	58,5%
Aposentadorias <sup>1</sup>	16,7%	19,8%
Rendas ligadas ao desemprego	2,0%	2,4%
Outras rendas sociais	5,7%	5,4%
Rendas patrimoniais <sup>2</sup>	10,5%	13,0%
Pagamentos regulares de outros domicílios	0,6%	0,9%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

1 – Incluindo pré-aposentadorias e mínimo de velhice.

2 – Estimativa corrigida em função dos resultados das contas nacionais.

Fonte: Insee, pesquisa Orçamento Familiar de 1995.

A composição da renda difere segundo o nível de vida. O percentual dos abonos sociais (à parte as aposentadorias) é elevado nos recursos dos domicílios modestos, chegando a um terço no caso dos domicílios dos primeiros 10% mais pobres. As rendas de atividade (ou as aposentadorias, no caso dos mais idosos) têm o maior peso (83%) nos domicílios cujo nível de vida situa-se em torno ou acima do mediano, de 1.000 a 1.800 euros por mês e por unidade de consumo. No alto da escala dos níveis de vida, perdem terreno para as rendas de aplicações, que constituem um quinto das rendas dos domicílios dos 10% de domicílios mais abastados.

## Evolução recente do nível de vida

Ao longo do último quarto de século, o nível de vida aumentou 1,9% por ano em moeda constante. **De 1970 a 1997, a renda disponível média passou de 647 a 1.075 euros por mês e por unidade de consumo em euros de 2000 (quadro 3).**

O nível de vida evoluiu de maneira flutuante de acordo com o crescimento econômico. Até o segundo choque petrolífero (1979), beneficiou-se com o crescimento econômico do fim dos "trinta gloriosos" anos de crescimento constante vividos pela Europa no pós-guerra. Continuou aumentando rapidamente, apesar de se desacelerar após o primeiro choque petrolífero (+5% por ano entre 1970 e 1975; + 3,7% por ano entre 1975 e 1979). Quando da desaceleração econômica do início da década de 80, o nível de vida estagnou (+ 0,5% por ano entre 1979 e 1984). Revelou-se crítica, em especial, a situação dos domicílios dependentes de rendas de empresas individuais. Com a retomada econômica do fim daquela década, o nível de vida voltou a elevar-se, mas lentamente (+ 1,1% por ano entre 1984 e 1990), em razão de

uma pressão muito forte sobre a evolução dos salários, para conter a inflação. Por outro lado, a partir de 1987 a atualização do valor das aposentadorias passou a ser feita com base no índice de preços, quando até então acompanhava a progressão do salário médio.

## Quadro 3 - Evolução do nível de vida na França

	Renda mensal mediana disponível (por unidade de consumo em euros – 2000)	Evolução anual em moeda constante (%)
<b>1970</b>	<b>647</b>	<b>-</b>
<b>1975</b>	<b>827</b>	<b>+ 5,0</b>
<b>1979</b>	<b>956</b>	<b>+ 3,7</b>
<b>1984</b>	<b>979</b>	<b>+ 0,5</b>
<b>1990</b>	<b>1.045</b>	<b>+ 1,1</b>
<b>1997</b>	<b>1.075</b>	<b>+ 0,4</b>

Fonte: Insee, Direção Geral de Impostos, pesquisas Rendas Fiscais.

A nova desaceleração econômica do início da década de 1990 exerceu um efeito sensível na progressão do nível de vida (+ 0,4 % por ano entre 1990 et 1997) em razão do rigor da política salarial das empresas e do aumento do desemprego. O forte crescimento dos três últimos anos do século exerce sobre o nível de vida um impacto que ainda é difícil estimar. Esse crescimento decorre mais do aumento do nível de emprego e da queda do desemprego do que do aumento dos salários, pois o início da política de redução do tempo de trabalho em 1999 exerce um efeito moderador sobre os salários mensais.

## O nível de vida dos aposentados melhorou muito

A elevação do nível de vida foi muito mais favorável aos aposentados que aos ativos. **No último quarto de século, o nível de vida dos aposentados elevou-se duas vezes mais rapidamente que o dos assalariados.** Em 1970, o nível de vida de um domicílio de aposentados(4) representava 71% da renda de vida mediana; em 1997, essa razão era de 97%. Como na maioria dos casos as famílias de aposentados são proprietárias de sua habitação, os estudos que incluem uma estimativa de aluguel fictício na renda dos proprietários, para levar em conta essa renda patrimonial, concluem que o nível de vida dos aposentados tornou-se superior ao nível de vida mediano. Mas isso não significa que os interessados, considerados individualmente, se tenham beneficiado de um aumento de seu poder aquisitivo, pelo menos desde a década de 80. À parte as acentuadas atualizações de valor das pensões no fim da década de 70, o

que principalmente explica a melhora da situação dos aposentados é a renovação das gerações. Ao longo das gerações, os novos aposentados foram se beneficiando de melhores carreiras profissionais que seus antecessores, e sobretudo as mulheres passaram a trabalhar com mais frequência e por mais tempo - **o que tem feito multiplicar-se o número de domicílios que recebem duas aposentadorias.**

## **Evolução do nível de vida das famílias de assalariados**

Em sentido inverso, as gerações que iniciaram sua vida profissional no fim da década de 70 foram atingidas em cheio pelas dificuldades do mercado de trabalho e a pressão sobre os salários verificada a partir da década de 80: sua carreira não é melhor que a de seus antecessores.

A evolução do nível de vida das famílias de assalariados(4) depende de numerosos fatores, e não apenas dos níveis salariais: evolução das qualificações profissionais, da duração do trabalho, da atividade profissional das mulheres, do desemprego e da política de redistribuição social.

### **Melhora das qualificações e alta do salário horário**

O salário médio avança mais rapidamente que o salário vinculado a cada posto de trabalho, em vista do desenvolvimento dos postos mais qualificados ou nos setores econômicos de maior remuneração. A melhora da qualificação pode ser ilustrada pelo aumento da proporção dos empregados mais graduados (de 7% em 1975 para 13% em 2000) e o recuo da proporção de operários não qualificados (de 19% em 1975 para 8% em 2000). O desenvolvimento do setor de serviços em detrimento da indústria teve um impacto positivo nos salários, pois nos serviços os salários são 6% a 7% superiores à média. Globalmente, a melhora da qualificação e a evolução setorial da economia por si só acarretaram um aumento de 0,7% do salário médio por ano. Esse impacto, particularmente forte na década de 70, atenuou-se desde então. A duração legal do trabalho passou de 40 a 39 horas por semana em 1982, caindo para 35 horas entre 1999 e 2002. Além disso, a duração anual já recuara em função da generalização da quarta semana de férias remuneradas em 1969 e a concessão da quinta semana em 1982. Na

prática, a duração anual do trabalho divulgada pelos estabelecimentos diminuiu regularmente 0,5% por ano na década de 70, em parte devido à redução das horas extras coletivas. Entre 1982 e 1999, a duração do trabalho dos empregados por tempo integral manteve-se estável.

O salário líquido anual dos empregados de tempo integral, mantido constante o posto de trabalho, aumentava cerca de 3% por ano (em moeda constante) na década de 70, apesar da redução da duração anual do trabalho. Na década de 80, tanto na França quanto na maioria dos países da OCDE, os sistemas de negociação salarial flexibilizaram-se, passando a basear-se mais na inflação antecipada para o ano do que na inflação constatada. Em período de deflação, este novo tipo de negociação limitava a progressão salarial. Até 1996, os aumentos de salário bruto foram absorvidos pelos aumentos das contribuições sociais, de tal modo que o salário líquido, mantido constante o posto de trabalho (após desconto das contribuições sociais), diminuiu ligeiramente.

A partir de 1996, os salários em postos de trabalho constantes voltaram a aumentar, inclusive em 1999 (último ano sobre o qual dispomos de dados), não obstante o início da aplicação das 35 horas.

### **Desenvolvimento do tempo parcial e da atividade profissional das mulheres**

O trabalho em tempo parcial desenvolveu-se muito, sobretudo a partir de 1990. Nas empresas (privadas ou públicas), o percentual de empregados por tempo parcial passou de 7% no início da década de 80 a 15%. O salário mensal em tempo parcial representa em média menos da metade do salário em tempo integral. Isto é explicado principalmente pela diferença de duração do trabalho, mas em contextos de duração equivalente, o salário por tempo parcial é inferior em um quinto ao salário por tempo integral. Esta diferença explica-se em grande parte pela menor qualificação dos postos de trabalho em questão (os engenheiros, empregados mais graduados e técnicos especializados raramente trabalham em tempo parcial) e pelo tipo de empresa (tamanho e setor de atividade). Explica-se também pela juventude, o sexo e a escassa experiência dos empregados em questão. Outra característica importante é que o grande desenvolvimento dos contratos temporários entre os empregados por tempo parcial redundam em

níveis muito baixos de antiguidade de muitos desses empregados na empresa.

As mulheres nascidas após a Segunda Guerra Mundial viveram uma realidade diferente das gerações anteriores. Tendo, em sua maioria, ingressado no mercado de trabalho após conclusão de seus estudos, elas não deixaram de trabalhar com a chegada de um ou dois filhos ou o fizeram apenas por alguns anos, ao contrário de suas antecessoras. Desse modo, **o índice de atividade profissional das mulheres de 25 a 49 anos passou de 50% em 1970 a cerca de 80% atualmente.**

Finalmente, o desemprego teve um peso na renda dos assalariados. Antes do primeiro choque do petróleo, o índice de desemprego era inferior a 4% da população ativa; a partir de 1984, manteve-se constantemente superior a 9%, não obstante uma melhora durante a retomada econômica do fim da década de 80. O desemprego chegou a seu ponto máximo em 1997 (12,5%) e veio a diminuir com o forte crescimento dos últimos anos, retornando em 2001 a índices inferiores a 9%.

As rendas domiciliares derivadas de atividades assalariadas resultam portanto dessas tendências contraditórias. Contribuem para a melhora o aperfeiçoamento das qualificações, o aumento da atividade profissional das mulheres e a alta do salário líquido dos postos de trabalho, quando ocorre. Em contrapartida, a diminuição da duração do trabalho, graças sobretudo ao desenvolvimento do tempo parcial e ao desemprego, pesa no nível de vida dos assalariados.

## **Redução e estabilização das desigualdades**

O aumento das rendas iniciais por unidade de consumo das famílias de assalariados foi-se tornando cada vez mais lento, passando de um forte crescimento no início da década de 70 (+ 4,8% por ano entre 1970 e 1975) a uma ligeira diminuição entre 1990 e 1997, para retomar a alta em 1998. Por rendas iniciais entendem-se as rendas obtidas com o trabalho ou, eventualmente, com um antigo trabalho (auxílios-desemprego ou aposentadorias eventualmente recebidas por certos membros da família). Até 1990, o crescimento dessas rendas beneficiou particularmente as famílias mais pobres, acarretando uma redução das desigualdades entre famílias de assalariados. Em

contrapartida, a ligeira queda das rendas iniciais de 1990 a 1997 foi tanto mais sentida no caso das famílias pobres nas quais se acentuaram as desigualdades de renda inicial.

Ao longo desse período, **as principais transferências da política redistributiva (abono-famílias, auxílio-moradia, mínimos sociais e imposto de renda) contribuíram cada vez mais para reduzir as desigualdades.** Os abonos-família por muito tempo desempenharam o principal papel na redução das defasagens de renda. O impacto dos abonos ligados à moradia vem crescendo constantemente desde a década de 70, com o estabelecimento de um sistema de auxílios personalizados, chegando no início da década de 90 a assumir o primeiro lugar. Esta importante mudança, assim como **a criação em 1989 da Renda Mínima de Inserção**, permitiram ao sistema de transferências reduzir cada vez mais as desigualdades entre rendas extremas. Em comparação, o impacto das tendências relativas ao imposto de renda é muito menor. Os adiantamentos e abonos reforçaram a tendência à diminuição das desigualdades até 1990, limitando sua alta desde então.

**Globalmente, no que diz respeito ao conjunto dos domicílios, as desigualdades do nível de vida foram se reduzindo até 1990, mantendo-se estáveis desde então.** A França ocupa uma posição intermediária: a desigualdade de renda é mais acentuada nos países anglo-saxônicos e no Sul da Europa, e sensivelmente menos nos países do Benelux e da Escandinávia.

## **O patrimônio**

Segundo a contabilidade nacional, o patrimônio bruto médio eleva-se a 194.000 euros por domicílio (em 1997) e a 173.000 euros após dedução da dívida. O patrimônio mediano é duas vezes menor que o patrimônio médio. Com efeito, **o patrimônio é repartido muito desigualmente:** 10% dos domicílios mais ricos detêm a metade do patrimônio, 5% detêm 40% e 1% detêm 15 a 20%.

O percentual dos ativos financeiros (poupança bancária, títulos mobiliários, seguro de vida, etc.) veio progressivamente aumentando nos últimos vinte anos, representando atualmente metade da riqueza dos particulares. Os imóveis representam 40% do patrimônio bruto; uma parte desses bens foi adquirida

mediante créditos que correspondem a 13% do patrimônio bruto.

O acesso à propriedade afeta a composição do patrimônio. Antes da aquisição da casa própria, o patrimônio situa-se não raro abaixo do nível mediano, reduzindo-se com frequência a uma ou várias contas ou planos de poupança. O acesso transforma essas aplicações em bem imóvel de uso doméstico, frequentemente elevando o patrimônio acima do nível mediano. Em seguida, quanto mais o patrimônio é aumentado, mais vem a ser diversificado e mais dominam as aplicações de rendimento. Os patrimônios mais elevados são constituídos essencialmente de valores mobiliários.

---

\***Baudouin Seys** é chefe do Departamento de Preços ao Consumidor, Recursos e Condições de Vida das Famílias do Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos (Insee).

As opiniões expressas neste artigo são da exclusiva responsabilidade do autor.

## **Bibliografia :**

---

### **Accardo J.**

Les ménages fortunés et la gestion de leur patrimoine, Revenus et patrimoine des ménages (coleção Synthèses), Statistique publique, Insee, 1997.

---

### **Chambaz Ch. - Guillaumat-Tailliet F. e Hourriez J.-M.,**

Le revenu et le patrimoine des ménages, Données sociales, la société française, Insee, 1999.

---

### **Friez A.**

Les salaires depuis 1950, Données sociales, la société française, Insee, 1999.

---

### **Breuil-Genier P.**

Inégalités de revenus et redistribution: évolutions 1970-1996 au sein des ménages salariés, France, portrait social 2000-2001, Insee, 2000.

---

### **Cléron E. e Séroussi G.**

Les salaires dans les entreprises en 1999, Insee première, Insee, 2001.

---

### **Atkinson T. - Glaude M. e Olier L.**

Inégalités économiques, Rapport du Conseil d'analyse économique, La documentation française, 2001.

---

### **Hourriez J.-M. e Roux V.**

Vue d'ensemble des inégalités de revenu et de patrimoine, Inégalités économiques, Rapport du Conseil d'analyse économique, La documentation française, 2001.

---

## **NOTAS:**

1 – Os montantes são expressos em valor monetário do ano de 2000 (francos 2000 ou euros 2000).

2 – Para comparar os níveis de vida de famílias de configurações diferentes, utiliza-se uma escala de equivalência entre as famílias, expressa em unidades de consumo (u.c.). Uma pessoa sozinha vale, por convenção, uma u.c. Numa família de várias pessoas, a primeira é contada como uma u.c.; as pessoas seguintes de 14 anos ou mais são contadas como 0,5 u.c. e as crianças de menos de 14 ans como 0,3 u.c.

Desse modo, um casal sem filhos é contado como 1,5 u.c. e um casal com dois filhos menores como 2,1 u.c. Considera-se por exemplo que, para ter o mesmo nível de vida que uma pessoa sozinha com uma renda de 1.075 euros (7.050 francos), um casal sem filhos precisaria ter uma renda de 1.612,5 euros (10.575 francos) e um casal com dois filhos menores, uma renda de 2.275,5 euros (14.805 francos).

3 – As rendas patrimoniais são muito difíceis de estimar. Nas pesquisas feitas com famílias, com efeito, elas costumam ser muito subestimadas; além disso, algumas dessas rendas são beneficiadas com deduções, não sendo por isso incluídas na declaração de renda.

Segundo a contabilidade nacional, as rendas patrimoniais representam 13% das rendas das famílias, ao passo que as rendas declaradas representam apenas 4%.

4 – As famílias são caracterizadas pela situação de sua pessoa de referência. Uma família de aposentados é aquela cuja pessoa de referência aposentou-se, uma família de assalariados é aquela cuja pessoa de referência é assalariada; as famílias podem portanto receber rendas diferentes daquelas da pessoa de referência, segundo a situação dos outros membros.